

Brasil luta para pagar menos

DÍVIDA EXTERNA

País insiste em menor remessa de juros e *spread* reduzido

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

Vencidas as resistências do Clube de Paris, que aceitou renegociar a dívida de 9 bilhões com o Brasil excluindo o monitoramento trimestral do Fundo Monetário Internacional — haverá apenas uma fiscalização anual, de acordo com o artigo número 4 da instituição —, o Governo brasileiro vai, a partir de agora, defender, junto aos banqueiros privados, uma redução significativa no pagamento dos juros e da taxa de risco (*spreads*) incidentes sobre esta.

Segundo adiantou ao CORREIO BRAZILIENSE credenciada fonte ministerial, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, já definiu a proposta que deverá encaminhar aos credores internacionais nas próximas rodadas de negociações previstas para janeiro. Ele reivindicará uma taxa de risco de 0,5 por cento. Atualmente, o Brasil paga uma taxa de risco de 2,25 por cento, considerada excessivamente alta e inaceitável, a partir de agora, pelos economistas do Ministério da Fazenda.

MÉXICO

O governo Sarney pretende, junto aos credores, obter condições mais satisfatórias do que as obtidas pelo governo mexicano em suas últimas negociações com os banqueiros. O México conseguiu acertar uma taxa de risco de 0,8 por cento. Argumentou a fonte ministerial que o governo Sarney, como nenhum outro devedor do Terceiro Mun-

do, manteve em dia os seus compromissos internacionais e dispõe de uma economia pujante que merece ser tratada com mais seriedade pelos credores.

Paralelamente à negociação de uma taxa de risco, menor, o Governo colocará aos banqueiros internacionais as condições que o País dispõe para continuar pagando os seus compromissos internacionais em dia, a partir do próximo ano. Não está em pauta a geração de um superávit nos níveis alcançados nos últimos anos, em torno de 12 bilhões de dólares. Para manter o crescimento interno em torno de 5 a 7 por cento ao ano, previsão oficial — alguns técnicos acham que o PIB crescerá de 2 a 4 por cento, no máximo —, o Governo julga fundamental reduzir o superávit da balança comercial dos 9,5 bilhões de dólares, que deverão ser alcançados em 1986, para algo em torno de 8 a 8,5 bilhões de dólares em 1987.

É fundamental reduzir o saldo comercial, segundo a fonte ministerial, para que sobre mais recursos para serem investidos no mercado interno. Mas, só isto não será suficiente. Após o OK do Clube de Paris, que aceitou um monitoramento anual da economia pelo FMI, o Governo espera levantar dinheiro, novo em torno de 2 bilhões de dólares juntos aos bancos privados e agências internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

FLEXIBILIDADE

Na Fazenda, os econo-



Dilson Funaro

mistas argumentam que o bom encaminhamento das negociações tanto junto ao Fundo Monetário Internacional, quanto com o Clube de Paris, nas últimas semanas, decorreram das alterações feitas na economia pelo Cruzado II. No plano interno, as medidas contidas no pacote econômico prejudicaram a popularidade do Presidnete, mas na área externa foram fundamentais para encaminhar satisfatoriamente as negociações com o FMI e Clube.

O FMI, disse a fonte ministerial, criticava abertamente a política cambial, responsável, na avaliação dos seus técnicos, pela deterioração acelerada da balança comercial, a partir de agosto. De 1 bilhão de dólares registrados naquele mês, o saldo caiu para 704 milhões em setembro e despencou para 210 milhões em outubro. Diante

do colapso da balança comercial, o Governo mexeu no câmbio, retornando às minidesvalorizações cambiais e incentivou as exportações com medidas fiscais e seguro cambial. Ainda assim, em novembro, a reação do saldo comercial foi incipiente, alcançou 250 milhões, depois de estar previsto saldo negativo de 50 milhões.

CONGELAMENTO

Além de crítica à política cambial, o FMI criticou asperamente a política de congelamento de preços. Segundo os técnicos da instituição, a economia brasileira somente voltaria a apresentar uma saúde satisfatória depois de colocada em prática a política de mercado, soltando preços e, paralelamente, adotando uma nova política salarial, pois mantido o congelamento dos mesmos as tensões sociais explodiriam.

Em sua última viagem a Washington, para participar de "um seminário sobre a dívida externa, em Nova Iorque Funaro deu garantias ao presidente do Banco Central norte-americano, Paul Vocker, que o governo Sarney colocaria ponto final à política de congelamento dos preços e pediu sua colaboração para ajudar na negociação com o Clube de Paris. A decisão tomada pelo Clube de Paris, favorável ao Brasil, foi fruto de uma ação coordenada de Funaro, mas, para que a mesma desse resultados positivos, foi necessário acabar com a estratégia econômica colocada em prática pelo Governo após 28 de fevereiro.